

AGRICULTURA FAMILIAR EM ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL: Estratégias de reprodução de um modo de vida

Edna Cristina Francisco¹
edna-cf@bol.com.br

Apresentação

No âmbito do Programa de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento², ao qual dissertação que embasou este artigo está vinculada, têm sido estudados os modos de vida de agricultores numa Área de Proteção Ambiental (APA) que se tornou mundialmente conhecida por comportar uma Reserva de Biosfera da UNESCO, a APA de Guaraqueçaba, localizada no litoral norte do Estado do Paraná.

Para discutir a problemática geral das condições de reprodução da agricultura familiar em APAS, realizou-se um estudo de caso na comunidade de Rio Verde, viabilizado metodologicamente por duas abordagens complementares, quantitativa e qualitativa. Nesta comunidade, procurou-se analisar as estratégias de reprodução identificadas principalmente no que se refere ao acesso ao trabalho e alimentação.

Este artigo conta com três partes: primeiramente são feitas as considerações metodológicas que viabilizaram a pesquisa. Em seguida, procurou-se sintetizar o quadro teórico geral no âmbito do qual esta questão foi concebida. Na terceira parte buscou-se articular os resultados desta pesquisa com este quadro teórico.

1. Considerações sobre a metodologia utilizada

O trabalho de pesquisa contou com duas abordagens correlacionadas, quantitativa e qualitativa, realizadas entre 2000 e 2002. Os dados quantitativos referem-se ao banco de dados³ resultante da enquete⁴ realizada nas comunidades rurais de Guaraqueçaba em julho

¹ Socióloga, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental/USP.

² Programa de pesquisa no qual esta dissertação está vinculada: “Programa de Pesquisa Preservação da Natureza e Desenvolvimento Rural”. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – UFPR/ CNRS Bordeaux 2 e Paris 7, França. Neste Programa, participam alunos do mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Paraná que realizam suas atividades articuladas ao grupo de doutorandos, sob a supervisão dos professores do Doutorado (alguns deles também são professores do referido mestrado).

³ Banco de dados gerado em Access, aplicativo do Microsoft Word. Manipulação dos dados através do Programa SPSS (Statistical Package for Social Studies) for Windows.

⁴ A enquete teve caráter domiciliar censitário, ou seja, envolveu os domicílios rurais de agricultores e também não agricultores. A coleta de dados levou em consideração diferentes unidades de análise: a) o

de 2000. A abordagem qualitativa diz respeito principalmente ao trabalho de pesquisa de campo realizado entre julho e outubro de 2002.

As análises possibilitadas pelo banco de dados permitiram uma caracterização geral de todas as comunidades e evidenciaram homogeneidades e heterogeneidades entre estas. Foram estabelecidos alguns critérios de diferenciação (o perfil agrícola e a ocupação do chefe de família e o nível de vida⁵ das famílias) entre as comunidades, através dos quais selecionou-se a comunidade em questão.

Com base nestes resultados, selecionou-se a comunidade de Rio Verde, por possuir perfil bastante agrícola segundo os índices de diversificação da produção e ocupação do chefe de família. É também a comunidade que possui o maior contraste entre as famílias do ponto de vista do nível de vida. Esta comunidade possuía 36 domicílios e 38 famílias que se agrupam em apenas três imóveis, sendo o maior de 10 ha. O acesso a terra é marcado, por um lado pela limitação das grandes fazendas que circundam a comunidade. Por outro lado, pelas transformações que a lei ambiental têm gerado quanto ao uso do solo.

A primeira fase do trabalho qualitativo foi o processo de construção de relações entre a pesquisadora e a comunidade. O início do trabalho pode ser caracterizado, por “visitas” curtas, nas quais a pesquisadora permanecia fora da casa. Por se tratar de uma Área de Preservação Ambiental, o pesquisador é inicialmente visto como um fiscal em potencial, além de ser o estranho, o de fora, como em qualquer outro trabalho de pesquisa. A desconfiança, neste caso é compreensivelmente maior, pois a atuação do IBAMA e Polícia Florestal na área são muito mais punitivas que educativas, freqüentemente colocando em risco a integridade física da população. Do mesmo modo, a integridade moral é severamente comprometida: o medo da multa, da violência do fiscal está sempre presente, gerando grande desconforto na sua vida cotidiana, aumentando, por conseqüência, a desconfiança em relação a estranhos.

imóvel, b) o estabelecimento, a mão de obra utilizada (no caso de agricultores), c) a família residente e d) a família não residente: membros da família que saíram do domicílio pesquisado. Comparando-se o número de domicílios incluídos na enquete com os dados censitários de 2000, chegou-se a 98% destes.

⁵ O nível de vida é um indicador que caracteriza o acesso à alguns bens⁵ por domicílio. Para tanto foram atribuídos diferentes escores para cada elemento que compõe este indicador: a) acesso à luz elétrica; b) existência de ferro; c) existência de banheiro interno; d) existência de eletrodomésticos – televisão, geladeira, freezer, máquina de lavar roupas, aparelho de som; e) acesso à meio de transporte – bicicleta, cavalo, carroça, moto, carro. Atribuiu-se aos diferentes intervalos de escores a graduação: nível de vida baixo, médio baixo, médio e médio-alto.

Mediante esse impedimento, investiu-se cotidianamente na construção de relações, o que possibilitou participar da dinâmica da vida comunitária nestas comunidades, fazendo visitas, participando de bailes, futebol, e muitas conversas. Posteriormente, os entrevistados começaram a convidar a pesquisadora: convites de café, primeiramente, depois almoço e/ou jantar. A partir desse momento o trabalho de pesquisa mais sistemático de entrevistas e mapeamentos pôde ser iniciado. Além desse aspecto importante da comensalidade⁶, através da reconstituição do processo de trabalho foi possível tanto reafirmar laços de confiança que permitiram a sistematização e aprofundamento das questões quanto apreender mais da penosidade, do tempo necessário, da importância e da sociabilidade vinculados ao trabalho e ao lazer.

Diante destes detalhes do processo de obtenção dos dados, podemos sintetizar os métodos utilizados na pesquisa de campo: i) observação da dinâmica comunitária ; ii) entrevistas semi-estruturadas; iii) mapeamento de algumas redes identificadas (através de uma entrevista detalhada sobre as relações de trabalho e do auxílio de uma representação espacial dos domicílios foi possível conhecer as relações entre as famílias, principalmente no que se refere à trocas alimentares e trabalho); iv) mapeamento de relações de parentesco por domicílio; v) recordatório alimentar⁷ (24hs) e vi) participação do trabalho – reconstituição dos processos de produção (partilhou-se do trabalho envolvendo: a obtenção da farinha de mandioca, biju e cuscuz; pó de café e pilagem manual do arroz, conforme podemos visualizar nos anexos 1, 2, 3 e 4.)

Estas estratégias revelaram-se fontes essenciais para a compreensão de elementos simbólicos do patrimônio sociocultural destes agricultores. Entre estes elementos pode-se citar o aprendizado do tempo (tempo de plantar, colher, preparar e comer); os projetos de

⁶ A comensalidade teve importância fundamental no processo de pesquisa. Participar dos momentos de refeições já se configura como um bom material de pesquisa. No entanto, através da partilha do alimento, criaram-se vínculos, trocaram-se receitas e modos de vida. Mesmo diante da escassez de alimento, pudemos perceber o papel da comensalidade diante do estranho: o alimento nos iguala à esse outro que come “*sem luxo*”, por um lado. Por outro, nos diferencia: o nosso alimento é essencialmente diferente do outro por que “*esse é que é bom: é da terra, é daqui mesmo*”.

⁷ O recordatório 24 hs é um método amplamente utilizado por nutricionistas. Consiste em definir e quantificar todas as comidas e bebidas ingeridas durante o período anterior à entrevista. In: WILLIAMS, S. **Fundamentos da nutrição e dietoterapia**. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 1997. No caso desta pesquisa os entrevistados relataram os alimentos ingeridos no dia anterior, sem a precisão da quantidade. Para as informações sobre a alimentação em Rio Verde utilizamos também da observação, além de participar de várias refeições entre julho e outubro de 2002.

vida; o planejamento familiar das atividades; o valor do trabalho e do alimento; os momentos de sociabilidade; as trocas de trabalho; as trocas de alimento; os presentes. Isto porque, como já apontou BRANDÃO (1981) participar do trabalho, entre agricultores familiares como em Rio Verde, significa participar da vida, do modo de vida.

2. Considerações teóricas

Para sintetizar o quadro de referência teórica parte-se de algumas noções centrais, consideradas adequadas para analisar tanto os mecanismos de permanência da agricultura familiar quanto seus elementos de mudança: os conceitos de reprodução, de habitus, de estratégia, bem como de redes sociais⁸ e a discussão sobre a sociabilidade como uma dimensão fundamental da vida cotidiana. Em linhas gerais, compreende-se a agricultura familiar como uma realidade em processo, em reprodução, mediada pelas estratégias engendradas pelos agricultores familiares.

A reprodução da vida social envolve tanto a mudança de algumas estruturas quanto a permanência de outras. É um processo dinâmico, não implica na perpetuação imutável de uma realidade: dá-se em meio a transformações e adaptações, viabilizadas pelas *estratégias* engendradas pelos indivíduos. Como nos sugere BOURDIEU (1994, 1992), a dinâmica social, necessariamente marcada pela produção e *re-produção* das condições de sobrevivência, pode ser focalizada através da geração de estratégias de reprodução: *Longe de ser o produto automático de um processo mecânico, a reprodução da ordem social ocorre somente através das estratégias* (BOURDIEU, 1992, p. 114).

Estas estratégias seriam *o produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire na infância à medida que se participa das atividades sociais* (BOURDIEU, 1986, p.91). No entanto, os indivíduos não constroem estratégias livremente como desejam, mas sobretudo como podem frente às condições cotidianas de sobrevivência, sejam estas da dimensão sociocultural, econômica ou política. Nesta mesma perspectiva, FERREIRA (1995) enfatiza a restrição de possibilidades não deliberadas somente segundo a vontade dos indivíduos. Seguindo

BOURDIEU (1990), considera a estratégia *não como um ato de livre escolha do indivíduo, mas como um exercício do senso prático de agentes sociais que buscam concretizar suas perspectivas e projetos dentro das condições dadas pelo universo social específico em que vivem* (FERREIRA, 1995, p.15).

A estratégia é o resultado da articulação de um senso prático, de um *habitus*⁹: *o habitus é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo* (BOURDIEU, 1996). O *habitus* fornece uma referência ao futuro, tendo por base o passado que o constituiu. Neste processo, o próprio *habitus* se reatualiza. BOURDIEU (1992) reforça este caráter dinâmico do *habitus*, ou seja, este não é totalmente predeterminado: *O habitus não é o destino (...) é o produto da história, é um sistema de disposições aberto, que é confrontado com experiências novas o tempo todo e é afetado por estas, também incessantemente. Ele é durável, mas não imutável* (BOURDIEU, 1992, p. 108-109). É importante ressaltar que, mesmo pressupondo este caráter dinâmico do *habitus*, este está incorporado no indivíduo como resultado de um longo processo de socialização de caráter cotidiano, pois é uma *estrutura estruturante*, além de ser, simultaneamente *estruturada* (BOURDIEU, 1992).

Através da articulação das disposições constituintes do *habitus*, os indivíduos, dotados deste senso prático que contém as “regras do jogo”, engendram as estratégias. Sendo assim, para identificarmos as estratégias adotadas pelos agricultores, é preciso entender o senso prático que as alimenta.

GODOI (1999), em seu trabalho¹⁰ sobre a história da ocupação e da sucessão das terras, enquanto estratégias de reprodução *camponesa* (GODOI, 1999, p. 41), se apropria também da noção de *habitus*: *essa noção de habitus vai nos ajudar a pensar como se dá a ocupação e sucessão das terras e a apropriação da natureza e atualização da ética*

⁸ Neste estudo tratamos da noção de rede social para definir o tipo de relação social que pudemos identificar na investigação do acesso ao trabalho, à alimentação, à terra, ao lazer. Sendo assim, não se trata da aplicação estrita da metodologia do estudo de redes.

⁹ BOURDIEU (1986) diferencia *habitus* e hábito: *O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, mais reprodutor que produtor. Eu gostaria de insistir na idéia de que o habitus possui um caráter gerador, criador.* (BOURDIEU, 1986, p. 57).] Ou seja, reforça o caráter criador, produtor do *habitus*.

¹⁰ Seu estudo foi realizado no sertão do Piauí, município de São Raimundo. GODOI, E. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

subjacente à estas práticas. (GODOI, 1999, p. 29). Assim, a compreensão das estratégias engendradas pelos agricultores em seu estudo, é mediada pela compreensão do *habitus*: *O grupo, assim, não se define só espacialmente, mas historicamente também; ele possui uma memória social e coletiva, enfim, uma história, que é recriada segundo o universo simbólico dos sujeitos e as condições sociais nas quais estão imersos. Esta idéia de história incorporada e recriada se aproxima da noção de habitus de P. Bourdieu.* (GODOI, 1999, p. 29).

Através das estratégias, os indivíduos criam novas *modalidades de conduta*, que são *improvisações regradas* das práticas sociais segundo MARTINS (2002). A prática dos sujeitos é informada pelo aspecto “regulador” do habitus, na medida em que este *constitui uma matriz de percepção, de apreciação e de ação* (MARTINS, 2002, p. 165). Este autor também reconhece a relação dinâmica entre habitus e prática, o que este ator chama de modalidades de conduta para a improvisação (regrada): a estratégia.

O estudo das estratégias de reprodução da agricultura familiar implica na compreensão das condições e possibilidades de ação às quais estes agricultores têm se defrontado, o que procuramos identificar através do acesso à terra, à alimentação, ao trabalho e ao lazer. Sendo que para agir, através das estratégias, agricultor se apóia no habitus, procurou-se identificar elementos deste.

A análise da reprodução da agricultura familiar, neste estudo de caso, parte das constatações, já amplamente feitas pelos estudos rurais brasileiros, de que essa forma social de produção tem sido marcada pela resistência aos bloqueios ao seu desenvolvimento dados pela questão fundiária e pela dificuldade de acesso aos demais meios de produção. Neste sentido, tais estudos têm abordado suas estratégias de reprodução como elementos dinâmicos de adaptação e mudança para perpetuação social de seu universo e de sua identidade (FERREIRA, 2001; 1998; 1995), LAMARCHE (1997), WANDERLEY (1998, 1996), BRANDEMBURG (1999).

Pode-se citar algumas das estratégias de reprodução da agricultura familiar, como por exemplo, as estratégias ligadas diretamente à família no que diz respeito à herança, ao trabalho, à escolarização dos filhos, como nos sugere LAMARCHE (1997). Também a

pluriatividade pode ser considerada uma estratégia, compreendendo-a tal como o fazem WANDERLEY (1996) e FERREIRA (2002), onde esta seria uma forma de manutenção da família ou de parte dela no meio rural. Outras estratégias têm sido estudadas e mostram os esforços desses agricultores em se viabilizarem como tal: a integração - contrato de produção junto a indústrias (PAULILO, 1990), as várias formas de associativismo e cooperação (FERREIRA, 1995), entre outras.

As estratégias mapeadas pelos estudos citados constituem-se respostas dos agricultores aos desafios gerados pelos bloqueios à agricultura familiar em geral. No entanto, as famílias agricultoras que habitam Áreas de Proteção Ambiental convivem com outro bloqueio, a restrição do uso dos recursos naturais para fins produtivos ou extrativistas, o que evidencia um *duplo bloqueio* (ZANONI et al 2000) ao seu desenvolvimento. Mediante este limite, que ocorre de forma menos restrita na agricultura familiar em geral, em APAs a utilização dos recursos naturais é modificada bem como as construções sociais atreladas à esta utilização.

Dentro deste *duplo bloqueio* encontram-se as famílias agricultoras de Guaraqueçaba, as quais se vêem obrigadas a adaptar suas antigas formas de apropriação dos recursos naturais (o uso da terra para plantio, o uso da mata para coleta, caça e extração da madeira, o uso de rios e mares para pesca) à nova realidade. E para essa adaptação, necessariamente rearticulam os recursos sociais disponíveis através de diferentes estratégias. Ou seja, diante deste *duplo-bloqueio*, como têm sido engendradas estratégias de reprodução pelos agricultores familiares?

A preservação ambiental, neste caso, fez com que os agricultores constituíssem formas de ocultamento (SANTOS, 2002) ou clandestinidade de suas atividades produtivas e extrativas, o que tem implicado no aumento de penosidade física e sobretudo moral entre estes (FERREIRA et al, 2002). Estes trabalhos sugerem que a geração de estratégias esteja ligada a formação de redes sociais.

3. A reprodução do modo de vida do agricultor familiar de Rio Verde: incursões empíricas e discussão teórica

Este item procura articular, mesmo que sinteticamente, os resultados obtidos no interior do quadro teórico construído para a elaboração desta pesquisa. Para tanto, inicia-se com considerações sobre a especificidade da agricultura familiar em Rio verde e se conclui esta primeira parte do item com resultados sobre o acesso ao trabalho em rio verde. Em seguida colocou-se em questão as relações de interconhecimento, o que sustenta a discussão sobre o acesso ao alimento e a sociabilidade em Rio Verde.

3.1 A especificidade do tipo de agricultura familiar em Rio Verde

A *agricultura familiar* é uma forma de agricultura específica, que se singulariza pelo trabalho preponderantemente familiar. A reprodução do patrimônio garante a sobrevivência social e biológica desta família que trabalha, caracterizando uma relação diversa da capitalista porque não apoiada fundamentalmente na *mais-valia*. Também a gerência do trabalho e do estabelecimento estão a cargo da família que, para sobreviver, reproduz seu patrimônio (material e sociocultural). O ritmo, a penosidade deste trabalho são definidos pela família na “medida necessária” para sua reprodução ou para a reprodução do seu estabelecimento.

O motor que designa a necessidade de trabalho é a reprodução da família e do patrimônio que contém os meios de produção¹¹. Sendo assim, tanto o trabalho quanto o capital e o trabalhador não são separados como o seriam dentro de uma empresa capitalista de exploração agrícola, por exemplo.

Embora dependentes do mercado e da própria lógica deste, na agricultura familiar ainda identifica-se este papel preponderante da gerência familiar e, em grande parte dela, do trabalho familiar, na organização do processo de produção. Apesar de ser regida por uma lógica com especificidades em relação à lógica capitalista-patronal, a agricultura familiar está inserida no processo mais amplo de reprodução do capital. Possui uma autonomia

¹¹ Nesse sentido, WANDERLEY (1998), partindo de CHAYANOV (1966) sugere que a reprodução do patrimônio depende do rendimento obtido na atividade produtiva, e tal rendimento é *indivisível*: *Na unidade familiar de produção, pelo contrário, o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo capital ou como renda da terra. (...) É com esse rendimento indivisível que o produtor deverá prover, ao mesmo tempo, a empresa familiar dos recursos produtivos que necessita, e a própria família do fundo de consumo necessário à sua manutenção.* (WANDERLEY, 1998, p.32)

relativa em relação à entrada na economia mais ampla, visto que é uma forma de organizar a produção e existe no âmbito de diferentes modos de produção.

A agricultura familiar, segundo LAMARCHE (1997), é orientada por uma *lógica familiar* que, alimentada por um *patrimônio sociocultural*, define a especificidade da relação entre o trabalho, a família e a propriedade: *O estabelecimento familiar, tal como a percebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência destes três fatores no funcionamento do estabelecimento engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução do trabalho.* (LAMARCHE, 1997, p. 15).

Existem, no entanto, *diferentes graus de intensidade*¹² *das lógicas familiares* (LAMARCHE, 1998, p.63), ou *nível familiar dos comportamentos* (LAMARCHE, 1998, p.62). Estes diferentes graus de intensidade das lógicas familiares constituem, segundo este autor, um dos principais elementos da diversidade da agricultura familiar.

Outro elemento de diversidade, segundo a perspectiva deste autor, seria o nível de dependência do mercado, sendo este visto num sentido amplo, tanto em relação à dimensão tecnológica quanto financeira, comercial, simbólica. Os diferentes graus de intensidade deste dois elementos, a *lógica familiar*¹³ e a *dependência do mercado*¹⁴ gerariam situações diferentes no interior do que entendemos como agricultura familiar.

¹² Este autor define estes graus a partir dos três temas: a terra, o trabalho e a reprodução familiar. Para compor a caracterização de cada um destes, utilizou duas dimensões: dados da situação concreta do estabelecimento e dados de opinião a respeito do tema.

¹³ Para LAMARCHE, podemos entender a *lógica familiar* a partir da relação do agricultor com a terra, o trabalho e a reprodução do estabelecimento. Em relação à terra, podemos diferenciar um grupo de agricultores familiares ligados à seu patrimônio marcado por valores simbólicos. Por outro lado, pode-se encontrar uma relação caracterizada pela compreensão da terra como um instrumento de trabalho, ou até mesmo objeto de especulação. Quanto à organização do trabalho, a força de trabalho pode variar de essencialmente familiar até a preponderantemente externa à esta. Finalmente, em se tratando da reprodução do estabelecimento levou-se em conta a profissão dos filhos, o projeto profissional dos pais em relação aos filhos; o destino dos futuros investimentos do produtor.

¹⁴ A dependência tecnológica é uma das variáveis que compõe a dependência ao mercado, bem como a financeira e a comercial. Visto que podemos classificar os sistemas de produção tendo por base as técnicas utilizadas, a dependência tecnológica consiste no acesso a diferentes tipos de insumos, assistência de especialistas e outros. Além disso, cada sistema de produção exige, segundo seu grau de intensificação e as condições de comercialização, determinado suporte financeiro. Os diferentes graus de dependência financeira variam conforme a disponibilidade dos meios de financiamento e, conseqüentemente, o nível de dependência à que submetem o agricultor.

Em relação à comercialização, alguns agricultores familiares destinam sua produção animal e vegetal preponderantemente para o autoconsumo familiar. Por outro lado, podemos encontrar a situação inversa, quando a produção está essencialmente voltada ao mercado.

Tendo em vista estas considerações gerais sobre a reprodução da agricultura familiar, retoma-se a questão norteadora deste estudo: quais seriam as estratégias engendradas por agricultores familiares numa Área de Proteção Ambiental?

Para discutir esta questão, realizou-se o estudo de caso numa comunidade rural de Rio Verde (Guaraqueçaba). À medida que a pesquisa empírica foi sendo realizada, evidenciou-se que o modo de vida reproduzido pelos agricultores familiares em Rio Verde possuía algumas características relatadas por CHAYANOV (1966), MENDRAS (1979) e WANDERLEY (1986) do que se pode entender como agricultura familiar do tipo camponesa.

Tal como apontado por LAMARCHE (1997, 1998), a agricultura familiar camponesa, bem como a agricultura familiar de subsistência são regidas preferencialmente por uma lógica bastante familiar ligada a pouca dependência do mercado: *Compostas por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais, o objetivo primeiro é satisfazer as necessidades familiares.* (LAMARCHE, 1998, p.70).

Levando em conta o projeto do agricultor para o estabelecimento, no âmbito da agricultura de subsistência, o objetivo maior é de preservar estruturas permitindo a sobrevivência da família. Em se tratando da agricultura familiar camponesa, o projeto de reprodução do estabelecimento envolve, inevitavelmente, a reprodução do modo de vida e do patrimônio sociocultural.

O camponês mobiliza trabalho segundo um *cálculo econômico* peculiar: o trabalho necessário depende das *bocas que têm de ser alimentadas* (MENDRAS, 1978, p.44): *Com efeito, trabalhar para se nutrir aplica-se mais ao grupo que a cada um de seus membros: as crianças e os velhos são bocas a serem alimentadas, mas seus braços têm pouca utilidade no trabalho; os jovens e os adultos, ao contrário, produzem mais do que comem, e uma compensação se estabelece entre uns e outros, cada um sabendo que, no correr de sua vida, passará por todas as situações.* (MENDRAS, 1978, p.44).

MENDRAS (1978) parte aqui de CHAYANOV quando se refere a este “cálculo”, pois a reprodução da família depende da capacidade da mesma realizar o trabalho necessário para

repor o consumo. Inevitavelmente, o trabalho, ou como sugere este autor, a atividade econômica da família, depende da composição e do tamanho desta. Logo, depende também da variação oriunda das fases da vida biológica da família, analisada aqui a partir da existência de consumidores e mão-de-obra potenciais. Dessa forma, uma família composta pelo casal e filhos pequenos possui maior número de consumidores (pais e filhos) e menor mão-de-obra disponível (pais).

O equilíbrio entre a necessidade de consumo e a produção, levando em consideração as diferentes fases biológicas da vida da família, depende da avaliação do chefe da família. Assim, o funcionamento da unidade de produção familiar está submetido ao balanço entre o trabalho necessário e a reprodução da família.

3.1.1 O acesso ao trabalho em Rio Verde

A mobilização de trabalho depende de redes sociais, as quais são fruto de relações de interconhecimento¹⁵. Para WANDERLEY (1996) a agricultura camponesa se define não pela sua pequena dimensão por *dispor de poucos recursos e ter restrições para potencializar suas forças produtivas* (WANDERLEY, 1996, 10), mas essencialmente pelas relações internas e externas entre estes agricultores e a sociedade em geral.

Segundo a literatura sobre agricultura familiar, bem como sobre a agricultura familiar camponesa, o trabalho é preponderantemente garantido pelos membros da família [tal como sugerem LAMARCHE (1997), (1998), MENDRAS (1979), CHAYANOV (1966)], salvo alguns trabalhadores temporários, como podemos identificar em WANDERLEY (1986).

Nesta pesquisa foi possível observar que o trabalho necessário para a produção de subsistência, bem como para a banana e para o palmito, destinados principalmente à comercialização, depende, por um lado, do trabalho dos membros da família. Por outro

¹⁵ MENDRAS, em se tratando da sociabilidade, caracteriza a sociedade camponesa como detentora de *relações de interconhecimento*, como também nos sugere WANDERLEY (1996). Uma relação de interconhecimento supõe que o indivíduo seja conhecido por todos de forma integral, por um lado. Por outro, supõe-se que este indivíduo conheça os outros também dessa forma: *o conjunto dessas relações forma um grupo ou uma coletividade de interconhecimento* (MENDRAS, 1978, p.88).

lado depende em grande parte, da mobilização de trabalho na comunidade devido ao que CHAYANOV (1966) identifica como o ciclo biológico da família.

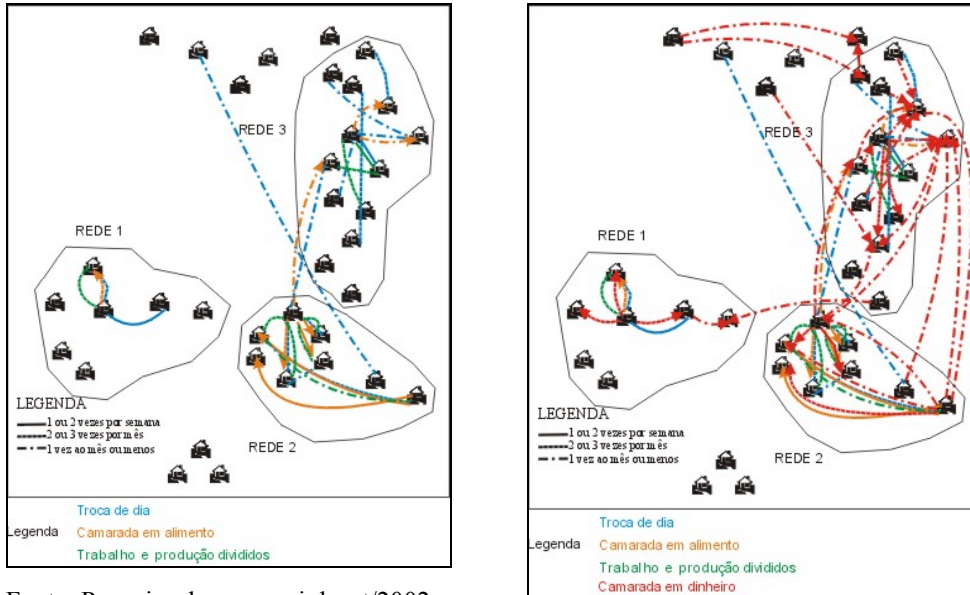
A família, segundo CHAYANOV (1966), está circunscrita a diferentes fases de desenvolvimento, do ponto de vista do ciclo biológico. Do ponto de vista econômico, estas fases implicam em diferentes demandas de trabalho. Assim, quando o volume de consumo não consegue ser suprido pelo volume de trabalho da família, gera-se um déficit de mão-de-obra. Em Rio Verde verificou-se este déficit na maior parte das famílias pesquisadas: Em 12 dos 36 domicílios o número de consumidores é maior que o de trabalhadores, ou seja, existe pelo menos um adulto (no caso de idosos com mais de 65 anos) ou duas crianças (com menos de 10 anos) que não trabalham. Dos domicílios restantes, 24, a maior parte (18) possui uma criança (de até 10 anos).

Diante da necessidade de mobilizar trabalho¹⁶, estas famílias utilizam relações de interconhecimento, próprias do patrimônio sociocultural específico de seu modo de vida, como nos sugerem MEDRAS (1979), WANDERLEY (1986) como objetivo de suprir a demanda de trabalho.

Durante os meses de pesquisa, verificou-se que as famílias mobilizam mão de obra além da encontrada no domicílio: o casal, filhos e parentes que coabitam este. Esta mobilização de vizinhos, parentes, conhecidos gera diferentes tipos ou relações de trabalho: “troca de dias”, “camarada a dinheiro”, “camarada à comida”, “trabalho e produção divididos”. A regularidade destas formas de trabalho pode ser semanal, mensal, semestral, variando conforme a cultura, bem como a época do ano. Em função da regularidade das trocas no interior de cada grupo, chamamos estes grupos de redes de trabalho. Confirma-se assim nossa hipótese de trabalho já que as famílias pesquisadas se utilizam redes sociais para mobilizar o trabalho necessário para a reprodução da família, ou seja, a inserção em redes sociais otimiza o acesso ao trabalho. Em Rio Verde, podem ser visualizadas três grandes redes de trabalho, uma em cada “região” da comunidade, como se vê nas figuras 2 e 3:

¹⁶ Este estudo diz respeito às relações entre as famílias para a mobilização do trabalho agrícola. No entanto, pudemos perceber que outras atividades como o trabalho de extração de palmito estão no âmbito da reprodução destes agricultores. Mesmo assim, por se tratar de uma atividade ilegal, preservamos informações referentes a esta, já que podem comprometer os agricultores envolvidos.

Figura 2 e 3: REDES DE TRABALHO: TROCA DE DIA, TRABALHO E PRODUÇÃO DIVIDIDOS E CAMARADAS EM ALIMENTO



Fonte: Pesquisa de campo, jul-out/2002

As relações de interconhecimento são parte do modo de vida. Segundo WANDERLEY (1996), a agricultura familiar compreende uma atividade econômica que tem explicitamente implicação social; mais que um recurso econômico de sobrevivência, caracteriza um modo de vida peculiar. Através da noção de modo de vida, procuramos desenvolver uma compreensão mais ampla da reprodução da agricultura familiar, de modo que possamos identificar estratégias de diferentes dimensões, pois, para BRANDENBURG, O “modo de vida” é entendido como sendo a expressão de um “ser cultural” e das condições de vida material. O modo de viver é determinado pelas condições culturais e materiais, e ao mesmo tempo determinante na definição do espaço em que se vive: a casa, o alimento, a informação que se busca, os meios de proteção, enfim, os bens materiais. Assim como as condições materiais e culturais estão inter-relacionadas, modo de vida e condições de vida também o estão. (BRANDENBURG, 1999, p.111).

Como nos sugere HEREDIA (1979) a respeito da análise da organização interna de unidades de produção camponesas¹⁷, trata-se do estudo da *morada da vida*, pois o local de trabalho, moradia, alimentação, lazer é único: a casa, a terra, a comunidade. Neste sentido de totalidade do trabalho rural, este faz parte da vida do produtor. Também ANTÔNIO CÂNDIDO (1979) sugere que, ao estudar o trabalho, a alimentação, os costumes, enfim, a vida do trabalhador rural, podemos falar numa sociologia dos meios de vida, que envolve a investigação do trabalho, da vida social, da forma de organização. Este autor enfatiza a questão da alimentação que nos permite visualizar tanto a mobilização de trabalho e recursos sociais na sua obtenção, bem como significados simbólicos e formas de sociabilidade:(...) *a alimentação ilustra o caráter de seqüência ininterrupta, de continuidade, que há nas relações do grupo com o meio. Ela é de certo modo um vínculo entre ambos, um dos fatores da sua solidariedade profunda, e, na medida em que consiste numa incorporação ao homem de elementos extraídos da natureza, é seu primeiro e mais constante mediador* (ANTÔNIO CÂNDIDO, 1979, p.28).

3.2 O modo de vida do agricultor familiar: acesso ao alimento e sociabilidade

O estudo da alimentação do agricultor familiar¹⁸, como também observado em nossa pesquisa, pode revelar várias dimensões do modo de vida, entre elas o tipo de relação de trabalho para obtenção do alimento, a comensalidade, os valores simbólicos específicos de seu patrimônio sociocultural. Como também nos afirma BRANDÃO (1981),

Quando convidado a falar sobre sua vida, o lavrador de Mossâmedes fala sobre seu trabalho. Quando ele fala a respeito de seu trabalho, está falando sobre como e onde produz, adquire e consome alimentos. Entre as muitas e complexas atividades e relações de produção direta de alimentos de origem vegetal e animal; entre esforços por fazer circularem tipos de “mantimento” e os momentos de consumo da comida, o lavrador emprega a maior parte do seu tempo de cotidiano e organiza o núcleo mais motivado de representações sobre o seu mundo. (BRANDÃO, 1981, p. 8).

¹⁷ Trata-se de um estudo sobre o que a autora chama de *campesinato marginal à plantation* na Zona da Mata de Pernambuco: HEREDIA, A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹⁸ Em outro trabalho realizado sobre os hábitos alimentares em Batuva, já pudemos perceber, por exemplo, a importância do trabalho familiar, bem como a solidariedade das famílias através da doação de alimentos. (FRANCISCO, E. **Caracterização dos padrões alimentares em áreas rurais do litoral do Paraná: Estudo de caso em Guaraqueçaba**. In EVINCI – EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, VIII, 2000, Curitiba: Editora da UFPR, 2000).

Ao investigar a alimentação em Rio Verde a princípio nos detemos à definição: da pauta alimentar¹⁹, da origem dos alimentos e das estratégias construídas para a obtenção do alimento necessário para a reprodução da família, ou seja, *as alternativas de acesso ao alimento* (BRANDÃO, 1981, p.41).

Além de ser a base calórica de sua dieta, o arroz possui significado simbólico importante. Uma das facetas de significação simbólica é o fato do arroz estar relacionado à riqueza e abundância. Como BRANDÃO (1981) sugeria, as famílias relacionam a carência deste a piores condições de vida: *Mais do que qualquer outro produto da terra, o arroz é, durante o ano todo, o alimento de base em toda região. Considera-se que uma família é muito pobre quando não consegue guardar sequer arroz para todo o ano, não possuindo também dinheiro suficiente para comprá-lo quando o da roça acaba (...)* (BRANDÃO, 1981, p.32).

Em diferentes grupos sociais há uma diversidade de crenças e práticas relacionadas aos alimentos. Variam, conforme o grupo social, o modo de cultivo, colheita, maneira de preparar, servir e ingerir os alimentos. Neste sentido, o consumo de arroz em Rio Verde, por exemplo, pode ser considerado uma escolha alimentar que resulta no que foi chamado acima de hábito alimentar. O arroz é uma escolha alimentar em relação à mandioca, por exemplo. Facilmente cultivável e disponível o ano todo, dela se obtém a farinha. No entanto, não se come mandioca cozida ou frita durante o almoço em substituição ao arroz, apesar de fornecer alto valor calórico ou de dar a sensação de satisfação.

Quando relacionamos o nível de vida e a pauta alimentar²⁰ dos 23 domicílios pesquisados através do recordatório alimentar, temos a tabela 1:

Tabela 1: PAUTA ALIMENTAR E NÍVEL DE VIDA EM RIO VERDE

Nível de vida	Pauta mais	Variada	Média	Pouco variada	Pouquíssimo
---------------	------------	---------	-------	---------------	-------------

¹⁹ A pauta alimentar pesquisada, identifica mais do que um grupo de alimentos ingeridos. São os alimentos escolhidos dentro de uma quantidade limitada de escolhas, seja em função da dificuldade de obtenção, do preço, mas também do costume de se comer determinado alimento. Esta escolha pode ser considerada um *hábito alimentar*, que nas palavras de GARINE (1987), seriam os *meios pelos quais os indivíduos ou grupos, respondendo a pressões sociais e culturais, selecionam, consomem e utilizam porções do conjunto de alimentos disponíveis* (GARINE, 1987, p.04). Assim podemos afirmar que nem tudo que alimenta é considerado comida: (...) *toda substância nutritiva é alimento, mas nem todo alimento é comida.* (DaMATTA, 1987, p.). Ou seja, o que é comida numa sociedade, é na verdade o resultado da escolha cultural do alimento, da técnica de preparo e da regra de consumo.

²⁰ Observa-se que existe diferença da pauta alimentar. Em dois dos 23 domicílios nos quais realizamos o recordatório 24 horas, as famílias se alimentam de café, mistura de café, arroz, feijão, mistura, farinha de mandioca e salada. No maior grupo, de 13 domicílios, se consome os mesmos alimentos com exceção da salada. Em 5 domicílios não se consome nem salada nem farinha de mandioca em relação à pauta do primeiro grupo.

dos entrevistados	23	variada				variada
Médio-alto (4)			3 famílias	1 família		
Médio (5)		2 famílias	3 famílias			
Médio-baixo (2)				1 família	1 família	
Baixo (12)			7 famílias	3 famílias	1 família	1 família

FONTE: Enquete/Recordatório 24hs de agosto de 2002.

A rede de doações de alimento interfere na compreensão destes dados, pois quase a metade das famílias com nível de vida baixo possuem pauta alimentar variada. Foi possível observar durante a pesquisa de campo, grande frequência de circulação de alimentos entre estas famílias. Logo, a comunicação de alimentos entre estas famílias permite explicar sua pauta alimentar ser variada. No entanto, além de doações trata-se de uma complexa rede de trocas entre determinados grupos de famílias.

Já no início dos contatos realizados nessa pesquisa, percebeu-se a formação de 3 grupos de famílias dentro da comunidade (que formam, respectivamente as 3 redes de mobilização de trabalho e circulação de alimentos). No interior destes grupos identificou-se, além de determinada sociabilidade vivenciada – como, por exemplo, em alguns momentos de lazer, a existência de trocas de alguns elementos como alimentos, utensílios, trabalho. Estes grupos pareceram possuir algumas características do que DELGADO (1999) entende por redes sociais: *são relações intra e inter familiares de cooperação e auto-ajuda que proporcionam condições não mercantis de reprodução da economia familiar (...) relações gratuitas, de difícil mensuração quantitativa, são cruciais para explicar as condições peculiares de sobrevivência (...)* (DELGADO, 1999, p.13-16). No entanto, conforme o desenvolvimento da pesquisa de campo, percebeu-se que existia certa reciprocidade, ao contrário de relações gratuitas, como sugere DELGADO (1999). Mediante esta constatação, procurou-se incorporar a questão das trocas na compreensão da formação e manutenção de redes sociais.

Num estudo sobre o trabalho familiar de pequenos agricultores no nordeste brasileiro, HEREDIA (1979) evidencia a importância da reciprocidade: *A troca de bens e serviços entre vizinhos é constante. Diariamente, crianças, mandadas pelos pais, vão à casa de um vizinho pedir emprestado algum utensílio de cozinha, frutas ou qualquer objeto necessário naquele momento em sua casa, entre os quais se incluem também ferramentas. É preferível solicitar algo emprestado ao vizinho que retribui pedindo alguma coisa em troca.* (HEREDIA, 1979, p. 45).

Segundo BOURDIEU (1986) pode-se identificar a reciprocidade enquanto obrigações mútuas, em se tratando de redes sociais. Este autor reforça outro elemento constituinte das redes sociais, a necessidade. Estas redes envolveriam relações vicinais, de parentesco, de trabalho. Redes sociais, ainda para este autor, seriam sustentadas por trocas de *obrigações duráveis* (BOURDIEU, 1986, p.80) dotadas de elementos materiais, subjetivos e/ou simbólicos. Através destas trocas ocorre o processo de *conhecimento e reconhecimento mútuos* (BOURDIEU 1986, p. 80).

Sendo assim, as redes sociais implicariam na necessidade de trocar determinados elementos. A necessidade de retribuir, mesmo que não simultaneamente, de modo que se espera que retribua, sustenta a ligação entre as pessoas envolvidas. Além da necessidade de retribuir, a rede social pensada como uma estratégia de reprodução social, como sugerido neste estudo, é mobilizada também pela necessidade: a manutenção de uma rede que mobiliza trabalho é necessária quando a família do agricultor possui maior número de consumidores que trabalhadores para garantir o consumo.

Pode-se supor então que os agricultores familiares, pela articulação do seu *habitus*, mobilizam redes sociais para garantir o acesso à diferentes elementos. Seja esta uma estratégia consciente ou não, estaria no domínio da prática destes agricultores. Como sugere BOURDIEU, trata-se da necessidade de manter ligações úteis através das quais se obtém elementos simbólicos como a reprodução do patrimônio sociocultural (por meio da sociabilidade, por exemplo), e também de elementos materiais como o trabalho, o alimento. A rede social caracteriza-se então pela reciprocidade das trocas, sendo mobilizada por diferentes tipos de necessidades. Não é naturalizável a um agrupamento social espontâneo, nem pode ser reduzida à proximidade geográfica.


Um exemplo disso é a rede onde se comercializa a banana orgânica. Nem todas as famílias que produzem banana comercializam este produto. Dos 21 estabelecimentos produtores, 14 destes comercializam a banana²¹. Esta situação tem gerado conflitos na comunidade entre o grupo que produz e não vende e o que vende.

²¹ A certificação é feita pela Imo Control do Brasil, empresa com sede na Suíça, e com ela os agricultores conseguem agregar mais de 100% ao preço de seu produto. Enquanto o valor convencional da caixa de 22 Kg de banana na região é de R\$ 1,50, a banana orgânica vale R\$ 3,50. Quando consegue o padrão exportação (quando toda a propriedade é manejada organicamente, inclusive os animais), esse valor chega a R\$ 4,00. Neste ano, 18 produtores já alcançaram esse padrão na região do rio Verde.


A comercialização da banana orgânica de padrão exportação se restringe aos produtores que fazem parte da Associação dos Produtores de Rio Verde. A não inclusão de alguns agricultores nesta associação é anterior à execução deste projeto envolvendo a banana, embora os conflitos tenham se intensificado desde então.

A inserção na rede de comercialização da banana²², principalmente banana orgânica, está ligada a um melhor nível de vida: das 14 famílias que comercializam, a maior parte tem nível de vida alto ou médio. Durante a pesquisa observou-se a tensa relação entre as famílias que centralizam a rede de comercialização da banana e as famílias que não fazem parte da associação, mas que tentam comercializar sua produção (não totalmente orgânica e ainda não certificada para ser considerada padrão exportação) através de outros meios, como por exemplo através de via fluvial até Antonina. Por que esta situação não gera conflitos ou rupturas na comunidade?

A hipótese de que as relações de interconhecimento garantiam esta estabilidade, tal como sugerida pela literatura, foi parcialmente confirmada. Pois se descobriu que a manutenção de formas específicas de sociabilidade são grandes responsáveis pela “administração pacífica” destes conflitos.

A sociabilidade, neste caso, implica em trocas simbólicas que preservam as relações de interconhecimento²³. Nos diferentes momentos de sociabilidade o indivíduo não executa o papel atribuído a um momento de lazer, por exemplo. Evidencia-se o reconhecimento do outro como indivíduo integral, e não através de um papel desempenhado. Por consequência, à medida que a sociabilidade preserva as relações de interconhecimento, torna-se numa estratégia de reprodução simbólica do modo de vida. Tendo por base a existência das relações de interconhecimento peculiares da agricultura camponesa, A seguir discutimos o papel  este tipo de sociabilidade teria na geração de estratégias.

A sociabilidade pôde ser observada na comensalidade, nas visitas, jogos de futebol, bailes além de ser um dos elementos das redes sociais, ocorre de forma mais fluída que esta em

 Esta rede possui um aspecto diferente das redes apresentadas até agora: a participação de elementos externos à comunidade. Os técnicos das Ongs em questão que viabilizam a comercialização fazem parte desta, além dos 14 membros da Associação dos Produtores de Rio Verde.



vários momentos da vida cotidiana. Estes momentos de sociabilidade mediam a reatualização das relações de interconhecimento próprias do modo de vida.

4. Considerações finais

Este artigo relevou as estratégias ligadas ao acesso ao alimento e ao trabalho dos agricultores familiares de Rio Verde. Estas se baseiam em relações de interconhecimento próprias do modo de vida destes agricultores, as quais geram redes sociais. No interior destas redes circulam trabalho e alimento, o que tem garantido mínimas condições de sobrevivência para as famílias com níveis de vida baixo. Aparentemente harmônica, a reprodução destes agricultores se dá também em meio aos conflitos: por um lado com a lei ambiental, a qual exige transformações de seu modo de vida. Por outro lado o conflito se dá entre os grupos que sustentam as redes, principalmente no que refere a comercialização de banana orgânica. No entanto, a tensão gerada não gera rupturas: os conflitos são minimizados mediante a manutenção de diferentes formas de sociabilidade identificadas.

5. Referências Bibliográficas

ANTÔNIO CÂNDIDO, M. **Os parceiros do Rio Bonito**. 4ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. e PASSERON, J. **A reprodução**. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **Razões práticas**. São Paulo: Papyrus, 1996.

BRANDEMBURG, A e FERREIRA, A. (orgs). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

_____. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

BRANDÃO, C. **Plantar, colher e comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

CHAYANOV, Alexander. **The Theory of peasant economy**. Illinois: The American Economic association, 1966.

²³ Segundo SIMMEL (1983), a sociabilidade pressupõe formas e conteúdos diversos. É uma forma autônoma ou lúdica de *sociação*, pois seria próprio do homem estar com o outro.

DaMATTA, Roberto. “*Sobre o simbolismo da comida no Brasil*” In: Correio da Unesco, julho / 1987.

DELGADO, G. (org) **Relatório Metodológico da pesquisa Avaliação Socioeconômica e Regional da Previdência Social Rural II**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

FERREIRA, A. “*Agricultores e agroindústrias: estratégias, adaptações e conflitos*.” REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA. V.25, Maio-dez/1995”.

_____. *Redes sociais, penosidade física e moral: o ocultamento como face das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental* (resumo) VI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia rural. UFRGS, Porto Alegre, 2002.

FRANCISCO, E. **Caracterização dos padrões alimentares em áreas rurais do litoral do Paraná: Estudo de caso em Guaraqueçaba**. In EVINCI – EVENTO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, VIII, 2000, Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

GARINE, I. “*Alimentação, culturas e sociedades*”. In: Correio da Unesco, julho/1987.

GODOI, E. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

HEREDIA, A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAMARCHE, H. (coord) **A agricultura familiar**, vol.1 e vol.2. 2ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

MARTINS, C. “*Notas sobre a noção da prática em Bourdieu*”. In: Novos Estudos CEBRAP, nº62, março de 2002.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PAULILO, M. **Produtor e agro-indústria: consensos e dissensos. O caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, Co-edição Secretaria do Estado e da Cultura, 1990.

SANTOS, E. **Os dilemas da permanência num ambiente de mudança: o caso dos agricultores da comunidade rural de Batuva**. (mimeo). Curitiba, 2002.

SIMMEL, G. Sociabilidade - “*Um exemplo de sociologia pura ou formal*”. In: MORAES, Evaristo Filho. **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “*Em busca da modernidade social: uma homenagem à Alexander V. Chayanov*.” In: BRANDEMBURG, A e FERREIRA, A. (orgs). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: editora da UFPR, 1998.

_____, “*Raízes históricas do campesinato brasileiro.*” XX Encontro Anual da ANPOCS. GT Processos Sociais Agrários. Caxambu, 1996.

ZANONI, M.M. et al. “Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de proteção ambiental”. In: REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE. Curitiba: editora da UFPR. Nº2, 2000.